

Contrarrevolução e ditadura no Brasil: elementos para uma periodização do processo político brasileiro pós-1964

Comunicação apresentada no **VI Congrès du CEISAL (Conseil Européen de Recherche en Sciences Sociales sur l'Amérique Latine), Indépendances, Dépendances, Interdépendances**, Toulouse, France, 30 de junho a 3 de julho de 2010. A sua primeira parte foi apresentada, também, no **I Colóquio Internacional Greves e Conflitos Sociais no Século XX**, Lisboa, 17 a 19 de Março de 2011. A segunda, na **IX Jornadas de Sociología - Capitalismo del Siglo XXI, crisis y reconfiguraciones. Luces y sombras en América Latina**, Buenos Aires, 8 a 12 de agosto de 2011.

Contrarrevolução e ditadura no Brasil: elementos para uma periodização do processo político brasileiro pós-1964¹

Renato Luís do Couto Neto e Lemos²

Os elementos explicativos da significação histórica do golpe burguês-militar de 1964 e do regime ditatorial que a partir dele se construiu, bem como da sua dinâmica, devem ser buscados no cruzamento de fatores de longo, médio e curto prazos no período 1914-1989.³ Pode-se seguir Fernand Braudel na percepção de que os processos históricos são plasmados em condições históricas diferenciadas no tempo, porque de durações variadas. A sua abordagem dos “três tempos” é útil para a tentativa de captar essa dinâmica diferenciada: “Cada ‘atualidade’ reúne movimentos de origem e de ritmo diferentes: o tempo de hoje data simultaneamente de ontem de anteontem, de antanho” (p. 29).⁴

A ‘atualidade’ que analiso poderia ser vista como parte do “longo século XX” de Giovanni Arrighi, que localiza no último quarto do século XIX as “estratégias e estruturas de acumulação de capital que moldaram nossa época”.⁵ Ou como o próprio “breve século XX” de Eric Hobsbawm, para quem a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) “assinalou o colapso da civilização (ocidental) do século XIX”.⁶

¹ Esta comunicação informa resultados parciais de pesquisas sobre a ditadura brasileira pós-1964 em curso no Laboratório de Estudos sobre os Militares na Política (LEMP) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Incorpora, também, notas de aula da disciplina “Ditadura militar e política – historiografia e história”, que venho ministrando a alunos de graduação e pós-graduação da UFRJ, e externos a ela, há cerca de dez anos. Essa natureza explica o seu caráter híbrido de esquemático e ensaístico. Agradeço os comentários críticos de Carla Silva do Nascimento, Demian Bezerra de Mello e Felipe Abranches Demier. Suas sugestões foram aceitas em grande parte, o que não lhes transfere responsabilidade pelo conteúdo final do texto, totalmente minha.

² Professor do Instituto de História e do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

³ Incorporo, aqui, considerações feitas em Lemos, 2004.

⁴ Braudel. 1976: 29. A presença abstrata dessas temporalidades combinadas no processo do golpe e da ditadura tem seu *embodiment* emblemático na participação de elementos de várias gerações (interseção de gerações) nos eventos do golpe: de Osvaldo Cordeiro de Farias (nascido em 1901 e conspirador desde a década de 1920) ao cabo Anselmo (nascido em 1942).

⁵ Arrighi, 1996: 247.

⁶ Hobsbawm, 1995: 16.

Para os fins desta análise, o marco da Primeira Guerra Mundial é adequado. É verdade que, enquadrado na sua “longa duração”,⁷ meu objeto – o golpe de 1964 e o regime ditatorial – apresenta características derivadas de mecanismos básicos situados em tempos anteriores: o processo de acumulação capitalista em escala mundial e a internacionalização da luta de classes. Mas, tais mecanismos assumem novos conteúdos na conjuntura histórica que se inicia com a Primeira Guerra Mundial – em especial pela ocorrência da Revolução Russa em 1917, visceralmente ligada às condições da guerra –, que serve, por isso, como marco inicial de um novo momento histórico, que se encerrará com a crise do mundo socialista na década de 1980.

Tempo longo: 1914-1989

No decurso destes anos, que interessam à análise por assistirem a mudanças estruturais, um dos elementos que os perpassam é a trajetória do par democracia-liberalismo. Desde a década de 1890, pelo menos, o caráter liberal da democracia nos países capitalistas centrais vinha sendo contrastado por fatos e ideias, à esquerda como à direita. A consolidação do capitalismo monopolista pressionava a forma liberal-democrática do Estado capitalista. Tais ideias repercutiam no Brasil, combinando-se com elementos da crítica que se fazia à organização republicana derivada da Constituição de 1891. Embora não viesse a recuperar, até hoje, suas posições integrais, essa ideologia tem demonstrado grande vitalidade, atuando nas disputas por hegemonia, mesmo quando a correlação de forças nacionais e internacionais lhe é flagrantemente desfavorável, como nas décadas de 1930-1940 e entre 1964 e 1989.

Com a vitória da revolução socialista na Rússia em 1917, o cenário político-ideológico mundial é enriquecido com um novo elemento. Até então, o socialismo era, basicamente, um horizonte ideológico que servia de referência a pensadores e militantes, interessados em manter ou em revolucionar o sistema social capitalista. A derrubada do czarismo e a ascensão dos bolcheviques ao poder fizeram disparar o alarme da burguesia. Daí para frente, o socialismo, como possibilidade real ou como espectro, passaria a constar, explícita ou tacitamente, favorável ou desfavoravelmente,

⁷ Naturalmente, a abordagem braudeliana será usada livremente, adaptada à temporalidade de uma formação social que ingressou na economia mundial no século XVI e viveu a condição de colônia por mais de três séculos.

de todos os programas políticos. O Brasil como, de resto, outros países de capitalismo hipertardio, conheceu o anticomunismo antes mesmo de possuir uma classe operária. Depois da tentativa frustrada de revolta da Aliança Nacional Libertadora, liderada pelo Partido Comunista do Brasil (PCB), o anticomunismo ganharia nova faceta graças à mística militar que o faria um dos elementos mais importantes da crise dos anos 60 e do regime ditatorial. A chamada crise do socialismo real na década de 1980 amainaria o anticomunismo no Brasil, mas ele ainda encontra guarida no discurso de segmentos militares e nas formulações estratégicas de defesa nacional.

A Primeira Guerra Mundial é um marco na história brasileira também do ponto de vista das estruturas econômicas. Não há um consenso entre os especialistas quanto ao impacto do conflito sobre a economia brasileira, mas há fortes indicadores de que o período foi de crescimento industrial acima da média. Independentemente de se tratar de um “surto”, “espasmo” ou “processo industrializante”, o fato é que a comparação entre os dados do Censo de 1920 e o de – já que não se procedeu a recenseamento na década de 1930 – 1940 indica poderosas linhas de transformação na base da sociedade brasileira. A participação da agricultura e da indústria na geração do PIB (Produto Interno Bruto) se aproxima de um equilíbrio, que seria rompido em fins da década de 1960, em favor da segunda. A participação das populações rural e urbana na população total segue o mesmo padrão. Diversificação econômica no sentido industrial e deslocamento demográfico rumo às cidades médias e grandes resultam em reorientação do processo de urbanização, que caminha para a consolidação do perfil urbano-industrial a partir da década de 1960.

O crescimento e a concentração da classe operária, em especial, ensejaram o questionamento dos mecanismos de controle do conflito capital-trabalho criados ainda durante o Estado Novo, e preservados pelo regime democrático que o seguiu. O golpe de 1964 teve, entre outros sentidos, o de recolocar essa classe em seu lugar político, enfraquecendo sua representação a partir da base, principalmente com a substituição do instituto da estabilidade no emprego pelo Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Modificações na legislação trabalhista, sempre no sentido de redução de direitos, continuaram sendo tentadas, sob a justificativa de que direitos em excesso representam elevação do “custo Brasil”.

No plano do sistema político, o primeiro pós-guerra já registrava a pressão dos setores urbanos intermediários e do operariado em crescimento. As formas de

dominação política classista resultantes da combinação dos padrões pré-República (dependência pessoal, coerção privada por meio de capangas, voto a descoberto, fraudes eleitorais várias etc.) mantidos pelo novo sistema político, com a estrutura federativa que proporcionava autonomia quase total aos proprietários da terra – principal fator de produção na economia de então – apresentaram pequena capacidade de incorporação de elementos externos ao mundo rural e seus aliados urbanos históricos – comerciantes de exportação e importação, agentes financeiros etc. A emergência de novos agentes políticos, como expressão do crescimento e da diversificação industrial, explica importantes aspectos das crises nacionais da década de 1920, principalmente as manifestações políticas de segmentos militares e as dissidências regionais entre as classes dominantes. Neste plano, a trajetória ulterior das disputas políticas no país tendeu a seguir o processo de urbanização da economia e das populações: assim como a agricultura e a população rural não desapareceram, o poder das classes dominantes vinculadas ao campo também sobreviveu, em aliança com setores urbanos progressivamente fortalecidos. Tal aliança constitui, de resto, um dos elementos centrais da crise geral da sociedade brasileira na primeira metade da década de 1960. A integração econômica mundial e o aprofundamento da dependência durante o regime ditatorial pós-1964 não a tornaram insignificante.

Tempo médio (1945-89)

Este tempo se inicia com o segundo pós-guerra e é o da internacionalização do conflito EUA x URSS como tradução da luta capitalismo x socialismo. A formação de duas regiões, ou blocos, em torno dos dois regimes sociais o distingue do pós-primeira guerra, que revelou o surgimento do primeiro país socialista.

O Brasil se inseriu na chamada Guerra Fria integrando o bloco capitalista. Nesta condição cumpriu funções de reafirmação do capitalismo e de combate ao comunismo. De 1945, quando Getúlio Vargas foi derrubado – em grande medida, por ter-se aproximado politicamente dos trabalhadores com apoio do Partido Comunista do Brasil (PCB) – até o fim do período, a divisão de trabalho típica da Guerra Fria constrangeria a agenda política das classes dominantes brasileiras.

O nacionalismo, o reformismo e o anticomunismo deram a tônica do período no país. Em torno destes três elementos, articulando-os de forma diferente, formaram-se campos políticos.

Um campo civil-militar nacional-popular integrou o varguismo – entendido como a esfera de influência da figura de Getúlio Vargas, mesmo depois de morto – o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o Partido Comunista do Brasil (PCB), segmentos militares – oficiais e subalternos – nacionalistas, o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) etc. Neste campo constituiu-se uma zona de interseção de vários matizes do nacionalismo com o reformismo, aliado frequentemente ao PCB.

Em oposição e, em grande medida, em função dele, um campo civil-militar liberal e integracionista compôs o antivarguismo – difuso e mais amplo do que a esfera partidária –, a União Democrática Nacional (UDN), partidos menores e segmentos da oficialidade militar. Neste campo, a defesa do liberalismo econômico combinou-se com o anticomunismo para engendrar um antiliberalismo político, traduzido na vocação golpista da UDN e na identificação com entidades defensoras de reformas da democracia em sentido elitista e antipopular, como a Escola Superior de Guerra (ESG) e o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES).

Iniciou-se em 1946, com as eleições presidenciais, a série de fracassos das forças políticas do campo liberal no intento de deslocar do poder, por métodos legais, setores que promoviam, em alguma medida, interesses materiais e sociais dos trabalhadores, em especial aqueles associados à figura de Getúlio Vargas. Ainda que o presidente Eurico Dutra (1946-1951) se tenha identificado com o clima de liberalismo econômico de pós-guerra e de anticomunismo da Guerra Fria, sua base de sustentação política estava no campo do varguismo. As crises eleitorais de 1950 e 1955 constituíram tentativas de “golpe legal”, escudado em questões de hermenêutica constitucional. Entremearam-se com crises político-militares em 1954 e 1961, quando setores militares do campo liberal fracassaram na tentativa de chegar ao poder por não se atreverem a provocar a ruptura total da legalidade, o que só aconteceria em 1964.

Por outro lado, já em fins da década de 1940 assistiu-se à inserção da economia brasileira no novo modo de acumulação do capitalismo mundial. Capitaneada pela indústria de bens de consumo duráveis dos EUA, operou-se importante transformação na divisão internacional do trabalho. Em busca da potencialização de lucros, grandes oligopólios deslocaram unidades produtivas para países semi-industrializados, como o

Brasil, ou investiram neles em associação com capitais locais, importando de si mesmos a tecnologia e os sistemas de produção mais avançados. Decorreram daí transformações econômicas com forte impacto na estrutura social e no sistema político. Nas décadas de 1950 e 1960, o aprofundamento da situação de dependência e o surgimento de uma “burguesia multinacional e associada” pressionaram o sistema político pactado na transição de 1945-46, criando alguns dos principais fatores da crise que levaria ao golpe de 1964. O regime ditatorial e a democracia que se lhe seguiu prepararam o terreno para a hegemonia desse setor econômico-social.

Tempo curto (1960-1964)

A sociedade brasileira entrou na década de 1960 em crise de hegemonia. O regime político implantado a partir da crise da ditadura do Estado Novo (1937-1945) e formalizado na Constituição de 1946 demonstrava-se insuficiente para dar conta das novas demandas sociais, em particular aquelas originadas de setores empresariais emergentes – a “burguesia multinacional e associada” – e de segmentos das classes trabalhadoras do campo e da cidade, que desenvolviam novas formas organizacionais de luta reivindicatória e política – as ligas camponesas, as entidades sindicais de abrangência nacional etc.

O projeto para o país defendido pela aliança de classes que vinha sustentando o regime – traduzida partidariamente na coalizão do Partido Social Democrático (PSD) com o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) – se encontrava ameaçado em, pelo menos, três aspectos. Em primeiro lugar, na sua capacidade de proporcionar a base material para a aproximação política de setores empresariais e trabalhistas. A cessação do crescimento econômico no início da década de 1960 e herança perversa deixada pelo último surto de expansão, associado ao Programa de Metas do presidente Juscelino Kubitschek (1956-1961) – escalada inflacionária, agravamento das disparidades regionais e sociais etc. –, solaparam as bases de legitimidade da orientação nacional-reformista hegemônica desde o Estado Novo e mantida no regime democrático. Criavam-se oportunidades para avanços na disseminação da principal orientação ideológica concorrente, de tipo liberal-integracionista. O golpe de 1964 abriria as portas do Estado brasileiro a essa corrente, que recuperaria a capacidade de acumulação de capital da economia brasileira, visível já em 1968, e evoluiria na construção da sua

hegemonia sobre a sociedade brasileira, cujo marco simbólico pode ser encontrado na eleição do presidente Fernando Collor, em 1989.

Em segundo lugar, pelas crescentes pressões internacionais contra suas nuances nacionalistas e reformistas, processadas, diretamente, pela ação do governo dos Estados Unidos da América por meio, por exemplo, da política de “ilhas de sanidade” e, indiretamente, pela ação de aparelhos político-ideológicos como a Escola Superior de Guerra (ESG, 1949), o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD, 1959) e o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES, fins de 1961). A disseminação, na imprensa, no Congresso, na produção literária e editorial etc., da visão de mundo do capital monopolista se fazia de maneira a instrumentalizar as dificuldades econômicas e políticas do presidente João Goulart (1961-1964).

Em terceiro lugar, pelo aprofundamento de transformações que vinham ocorrendo na estrutura das relações sindicais, desde meados da década de 1950, com a retomada das grandes mobilizações de trabalhadores e o surgimento, nas cidades e no campo, de formas organizacionais novas, como as ligas camponesas, voltadas para a luta pela reforma agrária, e entidades sindicais urbanas de âmbito nacional, categoria não prevista na legislação trabalhista e, portanto, ilegais e independentes em relação ao controle estatal exercido pelo Ministério do Trabalho. Em particular, entre 1962 e 1964, a crise econômico-social impulsionaria o movimento sindical na rota de colisão com a estrutura legal de controle do conflito capital-trabalho herdada do Estado Novo, trazendo insegurança para o empresariado como um todo.

A crise interna vivida no Brasil entre 1960 e 1964 foi sobredeterminada pela crise da dominação imperialista na América Latina, com a eclosão da Revolução Cubana em 1959 e o anúncio da sua orientação socialista, em 1961. A prevenção da possibilidade de expropriação da propriedade urbana e rural, de substituição das forças armadas regulares por milícias populares, de alçamento de organizações dos trabalhadores ao poder estatal etc. tornaram-se itens do programa contra-revolucionário de um campo político progressivamente mais nítido. Assim, a propaganda anti-Goulart e anti-democracia populista se alimentou dos temas da contrarrevolução internacional.

A penetração das proposições contra-revolucionárias internacionais nos meios militares brasileiros foi forte nesse período. A Escola Superior de Guerra (ESG) e a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) vinham atuando, desde a década anterior, como núcleos difusores da Doutrina de Segurança Nacional e da

Doutrina de Guerra Revolucionária junto, principalmente, à oficialidade das três armas. Nos meios subalternos, em contrapartida, registrou-se um avanço da politização de cabos, sargentos e marinheiros. A Crise da Legalidade (1961) significou, a um só tempo, o enfrentamento entre lideranças militares de orientações diferentes e a intervenção de sargentos da Aeronáutica no sentido de impedir que oficiais executassem ordens de bombardeio. Os notórios episódios conhecidos como Revolta dos Sargentos, em setembro de 1963, e Revolta dos Marinheiros, em março de 1964, foram outros capítulos da progressiva politização de camadas subalternas da hierarquia militar que jogariam importante papel na definição do desfecho golpista da crise em 1964.

A primeira evidência forte da crise do regime político foi a eleição de Jânio Quadros para presidente da República, em 1960. Tendo feito uma campanha nucleada em temas aparentemente apartidários – corrupção etc. –, Jânio apresentou-se como um candidato acima dos partidos, indicando que estes estavam tendo questionada a sua capacidade de representar os interesses de suas bases tradicionais. A eleição de João Goulart para vice-presidente também indicou um curto-circuito no regime, estimulado pela regra eleitoral que permitia o voto em candidatos de chapas diferentes para presidente e vice-presidente.

Embora se pudesse dizer que a vice-presidência não era cargo de grande peso político, o episódio da derrubada de Getúlio Vargas, na forma do seu suicídio em agosto de 1954, quando assumiu um vice-presidente de orientação política contrária, era um caso a tomar como alerta. Movimentações político-militares entre agosto de 1954 e novembro de 1955, culminadas, neste mês, com o chamado contragolpe legalista chefiado pelo general Henrique Lott, resultaram, em grande medida, da inclinação antivarguista de seu vice, João Café Filho, representante do Partido Social Progressista (PSP), mas em dissidência com seu chefe, Ademar de Barros. Da mesma forma, as tentativas golpistas perpetradas por oficiais da Aeronáutica em 1956 e 1959 contra Kubitschek, que manchariam a hoje tão decantada estabilidade política do seu governo.

Portanto, a eleição de um presidente “acima” dos partidos e de um vice-presidente de outra legenda, sugere que o sistema de representação das classes sociais vivia um momento de desgaste, o que se confirma pelo crescimento, no Congresso Nacional, do peso da Frente Parlamentar Nacionalista (FPN) e da Ação Democrática Parlamentar, órgãos suprapartidários que de fato coordenavam a ação dos representantes políticos das classes sociais.

A crise do regime político se evidenciou, também, nas fortes campanhas por reformas constitucionais patrocinadas pelos dois campos políticos. Aglutinadas, grosso modo, na plataforma das Reformas de Base propostas pelo presidente Goulart e no programa do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), aparelho subversivo do capital multinacional e associado, os itens das reformas propostas compunham um leque que ia da alteração da estrutura fundiária ao sistema partidário. Todos, no entanto, ou pelo menos os mais importantes, implicavam reformas constitucionais.

Para as classes dominantes, que executaram o golpe em 1964, o problema transcendia o governo de Goulart, localizando-se no próprio regime político, ou seja, na forma de exercício da dominação de classe. Enquanto a democracia balizada pela Constituição de 1946 foi um jogo restrito aos seus representantes políticos, diretos ou indiretos, foi uma forma de dominação satisfatória. Ameaçada, contudo, pela crescente ativação popular nas ruas, nos campos e no Parlamento, as classes dominantes recorreram ao seu repertório de alternativas estratégicas, onde se destacava a democracia forte e elitista, mais conveniente às necessidades do capital multinacional e associado e adequada a um mundo em que a ideia democrática era o referencial legitimador da dominação política aceitável. Para chegar a ela, contudo, foi necessário aceitar que, por meio do golpe em 1964, ajustassem contas com o governo forças políticas das mais diversas naturezas, todas integrantes da frente golpista: facções militares, candidatos civis a presidente nas eleições de 1965, entidades tradicionalistas, udenistas historicamente frustrados em suas ambições de poder etc.

A contrarrevolução, elemento unificador do tempo

Optar pela abordagem braudeliana das temporalidades não significa, contudo, assumir seus pressupostos epistemológicos nem os limites impostos pelo autor ao seu uso. Fontana⁸ chama a atenção para a ausência de um fio condutor que una os três tempos. Adoto a tese de que a contrarrevolução preventiva é o elemento que unifica a história política – história da luta de classes – brasileira no período em tela. E está articulada à principal tendência de longa duração no que se refere à luta de classes no âmbito do sistema capitalista mundial desde, pelo menos, a revolução russa de 1917. O

⁸ Fontana, 1998: 209.

caráter historicamente irreconciliável da contradição entre o capital e o trabalho, generalizada no mundo capitalista, determina que “a preservação dos privilégios do capital passe a depender ‘da fraqueza relativa da força progressiva antagonista’ (isto é, a classe operária); conservar esta fraqueza é, para os capitalistas, conservar as condições de sua dominação de classe” (MORAES: 1987, 21). Herbert Marcuse ressalta a diferença de natureza entre o pensamento e a ação contrarrevolucionários do século XVIII e do século XIX em diante. Ao longo do tempo, a teoria da contrarrevolução

“sofre uma importante transformação em sua função: ela é finalmente adaptada pelas camadas dominantes da burguesia. A burguesia passa de objeto a sujeito da teoria. Ela representa, para a época, o exemplo mais notável de justificação e defesa de uma ordem social ameaçada. A mudança de função da teoria acompanha a história da burguesia a partir da luta de uma classe em ascensão contra os restos de uma organização social que se transformou em obstáculo até a dominação absoluta de algumas camadas privilegiadas contra o ataque de todas as forças progressistas; ela acompanha também a rejeição, por essa burguesia, de todos os valores que havia proclamado na época de sua ascensão”. (MARCUSE, 1972: 116)

As vias de modernização burguesa seguidas pelos países de capitalismo tardio e hipertardio (da América Latina, África e Ásia) se distinguiram das trilhadas pelos países pioneiros do mundo capitalista, caracterizadas por rupturas radicais, com importante participação dos trabalhadores e de camadas médias das sociedades. O desenvolvimento da ordem social capitalista se deu, em geral, por iniciativa de setores das classes dominantes e de acordo com estratégias conciliatórias com seus pares e, em posição subordinada, com setores dos trabalhadores e camadas médias. “Modernização conservadora”, “revolução pelo alto”, “via prussiana” e “revolução passiva” são alguns dos conceitos empregados por autores quando tentam explicar esse processo.

No Brasil se deu, ao contrário do ocorrido nos países de capitalismo originário e como nos países de capitalismo tardio, em grande parte sob o signo da ascensão do socialismo como alternativa real ao capitalismo. Em consequência, a tarefa de construir as estruturas capitalistas se combinou com a de prevenir a revolução socialista. Florestan Fernandes desenvolveu esta tese (FERNANDES, 1974). Nas condições de crise da primeira metade da década de 1960, as tarefas da contrarrevolução assumiram caráter de urgência. O acirramento das contradições sociais, a crescente força do movimento de massas e a crise de representação política das classes dominantes se combinaram com a agenda da contrarrevolução internacional, pautada pela Guerra Fria,

para determinar uma solução violenta dos impasses vividos pelo regime democrático da Constituição de 1946, sob duplo ataque, vindo de setores capitalistas emergentes e do movimento sindical dos trabalhadores. René Dreifuss identificou esse quadro como um “ataque bifrontal” ao populismo (DREIFUSS, 2006)

A forma de dominação política erigida sob as condições abertas pelo golpe que derrubou o presidente João Goulart em 1964 teve caráter essencialmente ditatorial. No calor da hora, o militante socialista e jornalista Mário Pedrosa, apontou, em setembro de 1965, a vocação dessa ditadura:

“Ao chegarem ao poder, os homens vitoriosos em abril [de 1964] logo descobriram o sentido do movimento que arrastou as Forças Armadas: não se destinava a restabelecer a disciplina militar, a ordem política e moral, mas a instalar no Brasil a contrarrevolução em permanência”. (PEDROSA, 1966: 143)

Para Pedrosa, a contrarrevolução assumira a forma política de uma ditadura militar de tipo bonapartista: “A peculiaridade da ditadura militar está em que ela não representa no poder, particularmente, nenhuma das classes sociais dirigentes do país. E em, seu conjunto, só muito indiretamente e muito condicionadamente” (PEDROSA, 1966: 184). A passagem do marechal Humberto Castelo Branco pelo poder, que se estenderia de 1964 a 1967, foi entendida por ele como “governo ditatorial militar bonapartista”. (PEDROSA, 1966: 189)

Alguns dos aspectos ditatoriais desse regime têm sido sobrevalorizados pelos adeptos da perspectiva do autoritarismo para desqualificar o seu caráter classista e defini-lo apenas por sua natureza antidemocrática: hipertrofia do poder Executivo e consequente submissão do Legislativo e do Judiciário; pluralismo político limitado; regras de sucessão restrita; transmissão da autoridade de cima para baixo; ausência de mobilização política geral, e de massas em particular; restrições às liberdades democráticas etc.

Contudo, o conceito de autoritarismo não dá conta de outros aspectos do regime: sua natureza contrarrevolucionária; sua vinculação prioritária ao grande capital multinacional e associado; a grande autonomia do Estado militarizado em relação aos interesses particulares das frações das classes dominantes, em face dos quais, quando em conflito, exerce o papel de árbitro; a preeminência, no interior do Executivo hipertrofiado, do aparato repressivo policial-militar; a pretensão à legitimidade com base em um projeto democrático-modernizante-conservador.

Da caracterização do regime político construído no Brasil a partir do golpe de 1964 decorre a compreensão da sua dinâmica e, portanto, a sua periodização. Talvez a periodização mais disseminada no país, na academia como na imprensa, seja a dualista, baseada na polarização entre correntes militares – a “castelista” e a “linha dura” (STEPAN: 1975). Assim o processo político é dividido em três fases: domínio castelista (1964-1967), domínio da linha dura (1967-1974) e transição (1974-1985) - na qual a linha castelista teria novamente assumido a direção do processo político. Não tomando como ponto de partida as classes e categorias sociais em luta, essa periodização se complica ao associar as fases políticas a correntes de difícil apreensão. Durante o regime ditatorial, militares transitaram entre grupos, que, por sua vez, não se apresentavam em estado puro. O marechal Humberto Castelo Branco, cujo sobrenome serve para identificar a corrente tida por moderada, foi quem liderou a implantação do aparato repressivo do novo regime e presidiu uma onda fortemente repressiva em 1965, traduzida no Ato Institucional n. 2. Já o marechal Artur da Costa e Silva, presidente de 1967 a 1969, é tido como representante da linha dura, à qual se atribuem características de intransigência e radicalismo “revolucionários”, mas, no governo, comportou-se como um “moderado” castelista até a decretação do Ato Institucional n. 5, em dezembro de 1968. O general Emílio Médici, presidente de 1969 a 1974, é considerado um “linha dura” emblemático, por ter executado a operação de extermínio da oposição esquerdista armada ao regime, mas, por força do acordo que o levou à Presidência, incorporou ao seu governo militares fortemente ligados aos “moderados” castelistas, como o general Orlando Geisel, que seria seu ministro da Guerra. O paradigma dualista é, portanto, baseado em premissas que mais confundem do que esclarecem as diferenças entre as fases do regime ditatorial.

Outra maneira de periodizar o regime parte da análise do tipo de Estado construído a partir de 1964. Partindo da premissa de que se trata de um Estado de Segurança Nacional (ALVES, 2005), essa periodização toma como eixo o processo da sua institucionalização. Assim, teria havido uma primeira fase de institucionalização, de 1964 a 1968, uma segunda, de 1969 a 1974 e uma derradeira, de 1974 a 1984. Trata-se de um avanço em relação à periodização dualista, porque busca a distinção em marcos políticos independentemente da corrente que os teria produzido. Entretanto, deixa escapar aspectos de continuidade em relação a elementos anteriores e posteriores à implantação do Estado de Segurança Nacional.

A maré redemocratizante da década de 1980 produziu outra periodização, fortemente impregnada das preocupações liberais que marcaram a luta contra o regime ditatorial. Desse ponto de vista, a dinâmica do regime ditatorial é partida em três momentos (REIS, 2000). No primeiro, de 1964 a 1968 (período em que foram baixados os primeiros cinco dos dezessete atos institucionais da ditadura), o regime ainda não teria uma identidade definida, oscilando entre a democracia e a ditadura. No segundo, de 1968 a 1978, período de severa repressão, se teria configurado uma ditadura aberta. O terceiro se iniciaria com a Emenda Constitucional n. 11, que extinguiu os atos institucionais, e já configuraria, a partir de 1979, um Estado de direito, ainda que precário. Visivelmente, essa periodização gira em torno da ideia de que o AI-5 foi o divisor de águas do regime pós-64 (tese do “golpe dentro do golpe”): antes dele, oscilava entre a democracia e ditadura; sob a sua égide, foi uma ditadura aberta; com a sua revogação, um Estado de direito. Entretanto, o AI-5, rigorosamente, não modificou as características essenciais do regime, apenas as acentuou. As classes sociais a que servia, as suas principais instituições, o canal do poder, o projeto básico etc. não mudaram. A própria questão da violência estatal não ganhou, no essencial, nova qualidade, embora se tenha agravado.

A periodização que apresento a seguir segue outra direção, porque tem outro ponto de partida: o paradigma da contrarrevolução, isto é, toma como premissa a ideia de que o golpe de 1964 foi contrarrevolucionário – preventivo, para alguns, certamente os portadores de uma visão sutil da conjuntura; reativo, para outros, que temiam ou encenavam temer uma suposta revolução em andamento –, assim como contrarrevolucionário foi o regime que a partir dele se estabeleceu.

O fim estratégico da perspectiva contrarrevolucionária era a construção de um regime democrático e modernizador controlado por um Executivo forte – ao qual só partidos e coalizões conservadores teriam acesso –, dirigido por uma “elite tecnopresarial” e livre da dependência do voto popular. Tal forma política seria a ideal para institucionalizar a satisfação das necessidades do grande capital multinacional e associado em termos de garantias para seus investimentos em território nacional. No curto prazo, a prioridade seria dar conta dos dois principais problemas com que se enfrentavam as frações da burguesia e setores das classes médias no fim do governo de João Goulart (1961-1964): recuperar a capacidade de crescimento da economia e erradicar o estado de ativação popular que marcou o país na primeira metade da década

de 1960. A articulação entre objetivos imediatos e estratégicos determina a dinâmica do regime pós-64 e, portanto, a sua periodização.

Primeira fase: contrarrevolução terrorista (1964-1974)

Depois do golpe, a contrarrevolução assumiu, no período de 1964 a 1974, a feição de terrorismo de Estado, visando derrotar o movimento de massas, o nacionalismo civil e militar, o comunismo e o populismo. A dominação de classe se fez, prioritariamente, amparada no aparato repressivo estatal, por meio de métodos violentos em geral, mas com destaque para as prisões clandestinas e a prática de torturas. Secundariamente, funcionaram mecanismos democráticos preservados, até 1967, da Constituição de 1946, e, daquele ano em seguinte, submetidos à Doutrina de Segurança Nacional, corporificada na nova carta constitucional e na Lei de Segurança Nacional que substituiu a de 1953. Nesse período, o Legislativo deixou de funcionar por cerca de um ano apenas, enquanto o Judiciário nunca foi fechado. Observe-se que, embora constrangidos violentamente pelo Executivo militarizado e compostos por elementos na maioria vocacionados para apoiá-lo, esses dois órgãos produziram, em alguns momentos, fatos políticos indesejados para os grupos dirigentes, como aqueles que ensejaram os atos institucionais n. 2 e n. 5. Foram, assim, mantidos certos canais de negociação com setores da oposição consentida.

Em uma subfase que podemos perceber entre 1964 e 1968, o Estado foi estruturado, ao sabor dos embates de todo tipo com o campo oposicionista, para dar curso à contrarrevolução terrorista. Instrumentalizaram-se os órgãos de repressão existentes – Departamento de Polícia Federal, departamentos estaduais de ordem política e social (DOPS), polícias civis e militares etc. –, que seriam subordinados ao Serviço Nacional de Informações (SNI), criado em junho de 1964. Implantaram-se estruturas e práticas para fortalecer o Estado, como os atos institucionais, e o “decurso de prazo” na apreciação, pelo Legislativo, de projetos do Executivo. Subordinaram-se o Legislativo e o Judiciário ao Executivo, por meio de cassações de mandatos e determinações restritivas emanadas de atos institucionais. Utilizou-se ao máximo a legislação sindical vigente, promovendo-se a intervenção em entidades e a destituição de dirigentes, e criando-se maiores obstáculos à promoção de greves legais. Movimentos de trabalhadores foram perseguidos também no campo.

No plano econômico, a grande meta desta subfase foi a retomada da capacidade de acumulação de capital, o que foi buscado a partir de uma abordagem monetarista da crise. Assim, promoveu-se o enxugamento do fluxo monetário, por meio do arrocho salarial e creditício. Ampliaram-se os estímulos à vinda de capital estrangeiro de empréstimo e de investimento e criaram-se poderosos instrumentos de potencialização da centralização de capitais, como o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Este, por sinal, também servia à política contrarrevolucionária retirando aos trabalhadores a garantia da estabilidade no emprego, o que favorecia a rotatividade da mão de obra e enfraquecia os sindicatos.

Uma segunda subfase pode ser apontada no período 1968-1974. Poderíamos chamá-la de “fastígio do regime”, que se consolidou no plano político à sombra do Ato Institucional n. 5 e do aperfeiçoamento do aparato repressivo, nomeadamente a criação da Operação Bandeirantes (OBAN) e do Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), órgão de inteligência e tortura subordinado, em cada estado, a um coronel do Exército. Por meio dos atos institucionais n. 13 e n. 14, foram instituídas as penas de banimento, perpétua e de morte. No plano jurídico, as inovações mais expressivas foram a nova Lei de Segurança Nacional (9/1969), que substituiu a decretada dois anos antes, a Emenda Constitucional n. 1 (10/1969), que modificou amplamente a Carta de 1967 e os decretos-leis n. 1001, n. 1002 e 1003, que implantaram os novos Código Penal Militar e Código do Processo Penal Militar e nova organização judiciária militar. Devidamente aparelhado, o Estado conseguiu, beneficiando-se das limitações políticas e militares dos adversários, derrotar as “oposições extra-sistêmicas” ao regime, com o que se alcançava a meta política mais importante da fase de contrarrevolução terrorista.

No plano econômico, também se alcançou a meta principal. Já em 1968, a economia apresentava índices de crescimento real muito expressivos, dando início a uma conjuntura ascensional que receberia de analistas deslumbrados o apelido de “milagre brasileiro”. Muito se esforçaria o governo do general Emílio Médici para, de um modo tipicamente bonapartista, sustentar propagandisticamente, com base no crescimento econômico, um projeto ufanista de “Brasil Grande”, disseminado de forma sistemática pela Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP). Não haveria, contudo, apelidos entusiastas para a política social associada ao crescimento econômico, marcada pela concentração de renda e pelo desinvestimento nas áreas da saúde e da

educação: a ela, os analistas críticos chamariam, cometendo gritante injustiça para com os silvícolas, “capitalismo selvagem”.

Segunda fase: contrarrevolução democrática (1974-1988)

Uma primeira subfase pode ser balizada pelos anos 1974-1978. Já em 1973, setores dos grupos dirigentes entenderam que o momento em que as principais metas da contrarrevolução – retomada do crescimento econômico e “saneamento” do cenário político interno – haviam sido atingidas, seria adequado para a readequação dos meios de dominação, de maneira a alcançar-se a grande meta estratégica: a dominação de classes na forma de um regime democrático restrito. Temiam o efeito desgastante das disputas pelo controle do Estado sobre a unidade das Forças Armadas, já visível durante a competitiva sucessão do general Artur da Costa e Silva, em fins de 1969. Ainda assim, não se cogitava desarticular o aparato repressivo do Estado nem afastá-lo do processo político total e abruptamente. Tratava-se de refazer a equação coerção-negociação na dinâmica da dominação política, ampliando-se a esfera desta e reduzindo-se a daquela.

Mudanças na conjuntura internacional também pressionaram os grupos dirigentes brasileiros a decidir que era o momento para mudar os métodos de dominação. O estado-maior do imperialismo formou, em 1973, a Comissão Trilateral, que assessoraria processos de transição controlada em países sob ditadura. Na Europa, as ditaduras portuguesa e espanhola entravam em crise em 1974 e, em 1975, a grega. Submetido a sucessivas derrotas na Guerra do Vietnã, os EUA apresentaram ao mundo, com a ascensão de James Earl “Jimmy” Carter, Jr. à presidência, em 1977, uma política internacional voltada para os “direitos humanos”, que pressionaria política e economicamente países que os desrespeitassem, caso do Brasil.

Um projeto de transição para um regime democrático, anunciado pelo general Ernesto Geisel quando de sua posse em 1974, foi posto em andamento, sob a iniciativa e o controle dos grupos dirigentes, que impunham a agenda e o ritmo do processo. O objetivo estratégico desta subfase foi a formação de um centro conservador no cenário político nacional que desse suporte e legitimidade à nova forma de dominação que se pretendia construir. Para isso, foram tomadas medidas de interesse das frações liberais democráticas da oposição: reconhecimento da vitória do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) nas eleições parlamentares de 1974, suspensão progressiva da

censura, tolerância em face de movimentos políticos das camadas médias, como o estudantil e o de mulheres pela anistia etc. Em relação aos setores da esquerda socialista críticos da transição comandada pelo governo, o procedimento era a costumeira violência estatal, pela aplicação dos poderes que o AI-5 conferia ao chefe do Executivo. Simultaneamente, o governo enfrentava a oposição de extrema-direita, que tentava boicotar a operação transicional de forma violenta, incluindo-se o assassinato de presos políticos em unidades do Exército e atentados a bomba.

A segunda subfase tem como marco inicial o ano de 1978, quando, em outubro, os grupos dirigentes aprovaram no Congresso Nacional a Emenda Constitucional n. 11, que, entre outras determinações, revogou os atos institucionais e complementares – cuja ausência foi compensada pelo estabelecimento das “medidas de emergência” e outras “salvaguardas” do Estado –, extinguiu as penas de morte, banimento e prisão perpétua e determinou as regras gerais para a extinção dos partidos políticos e a formação de novos. Tratava-se das linhas de força que deveriam reger o processo político nacional até a sucessão do sucessor do general Geisel, prevista para 1989.

Em torno dessa plataforma, uniram-se os grupos dirigentes da ditadura com oposicionistas democratas liberais para dar prosseguimento ao projeto de transição. Dar-se-ia, assim, o reordenamento jurídico-político-institucional tutelado pelas Forças Armadas, mas com as forças civis de natureza variada – clérigos, empresários, advogados, jornalistas etc. – incorporadas ao projeto transicional no exercício de importante papel na negociação e legitimação dos passos dados. Em agosto de 1979, a transformação da exigência de uma anistia ampla, geral e irrestrita em concessão, via Congresso, de uma anistia parcial, cujo texto continha uma cláusula que podia ser interpretada como um habeas corpus preventivo para agentes do Estado que viessem a ser acusados de crimes de violência contra presos políticos, foi a primeira indicação importante de que seguia avançado o processo de construção de um novo centro político, comprometido com as metas e métodos do projeto de “transição pelo alto”. Simultaneamente, a extinção do bipartidarismo e a abertura da temporada de organização de novos partidos fizeram avançar a tática dos grupos dirigentes, produzindo o fracionamento da ampla frente oposicionista representada pelo MDB, enquanto os elementos ligados ao regime ditatorial iriam, em um primeiro momento, concentrar-se na legenda sucessora da Aliança Renovadora Nacional (Arena) – legenda de sustentação do regime desde 1965 –, o Partido Democrático Social (PDS).

Mesmo a cisão do campo governista, em meados de 1984, e a formação da Frente Liberal durante a sucessão do general João Figueiredo (1979-1985) não abalaram seriamente a estratégia da transição, embora o eleito viesse a ser um civil. O pleito indireto foi vencido, em janeiro de 1985, por Tancredo Neves, candidato da oposição mais moderada em composição com a dissidência *soi-disant* liberal, representada por José Sarney – ex-presidente da Arena e do PDS – na vice-presidência, e formalizada na Aliança Democrática. Por um capricho da sorte, o presidente eleito faleceu antes de tomar posse, e Sarney tornou-se o primeiro presidente civil brasileiro depois de 1964. Tendo à frente um autêntico quadro do regime ditatorial comprometido com o programa de Tancredo Neves, pensado de forma a fazer avançar a transição ao preço de todas as conciliações necessárias, o governo da Nova República (1985-1990) apresentou muitas continuidades em relação ao regime ditatorial, que se combinaram com as mudanças operadas no seu transcurso. Assim, por exemplo, o retorno dos partidos comunistas à legalidade se combinou com a tutela militar sobre o governo, simbolizada pela proeminência do ministro da Guerra, general Leônidas Gonçalves, notório e ferrenho anticomunista. No mesmo sentido, o reconhecimento da legitimidade do movimento operário, sugerido pela nomeação do ex-advogado sindical Almir Pazzianotto para o Ministério do Trabalho, combinou-se, em novembro de 1988, com a ação terrorista do Exército na repressão a uma greve dos operários da Companhia Siderúrgica Nacional, em Volta Redonda (RJ), que resultou na morte de três grevistas

Pode-se dizer que a consumação formal da meta estratégica da contrarrevolução deu-se com a Constituição de 1988, que significa a pactuação de outro regime político, diverso do ditatorial implantado a partir de 1964. Trata-se, numa definição provisória, de uma construção híbrida, que combina traços liberal-democráticos e democrático-autoritários. Seu texto consagra avanços significativos, em termos de ampliação da base representativa do regime, como o reconhecimento do direito de voto para os analfabetos e subalternos militares, e em termos da liberdade de organização popular, com a supressão de vários elementos da estrutura sindical corporativista herdada da ditadura do Estado Novo (1937-1945). Por outro lado, superdimensiona o papel das Forças Armadas, preservando muitas de suas prerrogativas. A Constituição representa, ainda, a concretização de uma reforma proposta pelos críticos da democracia liberal: o reforço dos poderes do Executivo. Cumpriu este papel, em especial, com a criação da Medida Provisória, pela qual o presidente da República, sob alegação de urgência e relevância,

pode baixar uma medida que só depois será apreciada pelo Congresso. Durante a ditadura, essa função foi cumprida pelos decretos-leis.

Importantes traços contrarrevolucionários preventivos são encontrados no regime democrático brasileiro atual, fruto, inclusive, de ondas revisionais da Constituição, registradas em 1993, prevista pelos constituintes, e em 1995, sob a liderança do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2003). De acordo com a hipótese geral deste trabalho, o traço mais importante de tais traços é a disseminação da crença no regime democrático baseado em maiorias parlamentares conservadoras, avesso a mobilizações populares como as que marcaram o período 1945-1964 e presidido pela “razão técnica”, “apolítica”, como a única forma válida de organização política no país, tese que se tornaria, para muitos, quase que um truísmo universal, depois da derrocada do mundo do “socialismo real” em fins da década de 1980, por isso mesmo marco final da síntese aqui exposta.

BIBLIOGRAFIA

ALVES, Maria Helena Moreira. 2005. *Estado e Oposição no Brasil, 1964-1984*. 2ª ed. Bauru (SP): EDUSC.

ARRIGHI, Giovanni. 1996. *O longo século XX. Dinheiro, poder e as origens do nosso tempo*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora UNESP.

BRAUDEL, Fernand. 1976. “A longa duração”. In: _____. *História e Ciências Sociais*. 2ª ed. Trad. Carlos Braga e Inácia Canelas. Lisboa: Presença, pp. 7-70

DREIFUSS, René A. 2006. *1964: A Conquista do Estado*. 6ª. ed. Petrópolis (RJ) Vozes.

FERNANDES, Florestan. 1974. *Revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar.

FONTANA, Josep. 1998. *História do passado e projeto social*. Trad. Luiz Roncari. Bauru (SP): EDUSC.

HOBBSBAWM, Eric. 1995. *A era dos extremos. O breve século XX*. Trad. Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras.

- LEMOS, Renato. 2004. “Justiça Militar e processo político no Brasil (1964-1968)”. In: *1964-2004. 40 anos do golpe. Ditadura militar e resistência no Brasil*. Rio de Janeiro: FAPERJ; 7Letras, pp. 282-289.
- MARCUSE, Herbert. 1972. *Ideias sobre uma teoria crítica da sociedade*. Trad. Fausto Guimarães. Rio de Janeiro: Zahar.
- MORAES, João Quartim de. 1987. “O argumento da força”. In: OLIVEIRA, Eliezer Rizzo de e outros. *As Forças Armadas no Brasil*. Rio de Janeiro: Espaço & Tempo.
- PEDROSA, Mário. 1966. *A opção brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- REIS, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- STEPAN, Alfred. 1975. *Os militares na política*. Trad. Ítalo Tronca. Rio de Janeiro: Artenova.